

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## PROVA OBJETIVA – P<sub>1</sub>

### QUESTÃO 1

O agente público Artur constatou que, em sua remuneração mensal, havia recebido, no que tange a uma de suas vantagens pecuniárias, um valor inferior ao previamente determinado. Artur decidiu, então, impetrar mandado de segurança para que seu direito líquido e certo ao recebimento do valor correto da vantagem fosse garantido.

Com base nessa situação hipotética e considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o prazo para que Artur impetre mandado de segurança é de

- A** cinco anos a contar de cada remuneração paga com o valor reduzido da vantagem e tem natureza prescricional.
- B** cento e vinte dias após cada remuneração paga com o valor reduzido da vantagem e tem natureza decadencial.
- C** cento e vinte dias após o primeiro recebimento do valor indevido, ainda que se trate de pretensão imprescritível, e tem natureza decadencial.
- D** cinco anos a partir do recebimento da primeira remuneração paga com o valor reduzido da vantagem.
- E** cento e vinte dias após o recebimento da primeira remuneração paga com o valor reduzido da vantagem, tornando-se inviável a impetração de mandado de segurança após o referido prazo.

### QUESTÃO 2

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca das formas de ressarcimento do erário.

- A** Fiscalização contábil e conclusão de procedimento junto ao tribunal de contas, com formação de título executivo extrajudicial, impedirão a propositura de ação de improbidade administrativa.
- B** O ressarcimento ao erário não depende da formação de título executivo de nenhuma natureza.
- C** O ressarcimento do erário dá-se somente com a formação de um título executivo judicial, por intermédio de ações coletivas.
- D** Tanto o título executivo judicial quanto o extrajudicial formado no âmbito do tribunal de contas são instrumentos hábeis para o ressarcimento ao erário, podendo os dois coexistir.
- E** A fiscalização do tribunal de contas será obstada caso se ajuíze ação de improbidade administrativa com o intuito de formar título executivo judicial para o ressarcimento do erário.

### QUESTÃO 3

A prefeitura de determinado município concedeu licença a um comerciante para que o restaurante dele funcionasse em determinado imóvel. Alguns meses após a concessão da licença, o comerciante decidiu transformar seu restaurante em uma boate.

Considerando-se essa situação hipotética, a administração municipal deverá proceder à

- A** revogação da licença.
- B** cassação da licença.
- C** rescisão unilateral da licença.
- D** invalidação da licença.
- E** anulação da licença.

### QUESTÃO 4

Caio, detento em unidade prisional do estado de Alagoas, cometeu suicídio no interior de uma das celas, tendo se enforcado com um lençol. Os companheiros de cela de Caio declararam que, mesmo diante de seus apelos, nada foi feito pelos agentes penitenciários em serviço para evitar o ato. A família de Caio procurou a Defensoria Pública a fim de obter esclarecimentos quanto à possibilidade de receber indenização do Estado.

Nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o defensor público responsável pelo atendimento deverá informar a família de Caio de que

- A** será necessário, para o ajuizamento de ação de reparação de danos morais, provar que as condições de cumprimento de pena eram desumanas.
- B** é cabível o ajuizamento de ação de reparação de danos morais em face do estado de Alagoas.
- C** não houve omissão estatal, pois o suicídio configura ato exclusivo da vítima.
- D** houve fato exclusivo de terceiro, pois o dever de evitar o ato cabia aos agentes penitenciários em serviço no momento.
- E** não cabe direito a reparação de qualquer natureza, por não ser possível comprovar nexo causal entre a morte do detento e a conduta estatal.

### QUESTÃO 5

Assinale a opção que apresenta a entidade da administração pública indireta que deve obrigatoriamente ser constituída com personalidade jurídica de direito público.

- A** sociedade de economia mista
- B** serviços sociais autônomos
- C** autarquia
- D** fundação pública
- E** empresa pública

**QUESTÃO 6**

Com o intuito de dar apoio logístico à obra de construção de um hospital municipal, o prefeito de determinada cidade exarou ato declaratório informando a necessidade de utilização, por tempo determinado, de um imóvel particular vizinho à obra, o qual serviria como estacionamento para as máquinas e como local de armazenamento de materiais.

Nessa situação hipotética, a modalidade de intervenção do ente público na propriedade denomina-se

- A ocupação temporária.
- B desapropriação.
- C requisição administrativa.
- D servidão administrativa.
- E limitação administrativa.

**QUESTÃO 7**

Por imperícia, um policial militar disparou, acidentalmente, sua arma de fogo, ao manuseá-la em via pública, ferindo um transeunte.

No que tange à responsabilidade civil do Estado nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A responsabilidade civil do Estado independe da análise da culpa da conduta estatal.
- B A responsabilidade do Estado é objetiva, devendo ele e o policial figurar no polo passivo da demanda em litisconsórcio necessário.
- C A responsabilidade do Estado é subjetiva, e há litisconsórcio facultativo.
- D Não há responsabilidade civil do Estado, visto que o policial agiu com culpa, devendo, por isso, responder pessoalmente.
- E O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, fixando-se a responsabilidade civil subjetiva estatal.

**QUESTÃO 8**

Determinado município notificou uma concessionária de transporte público municipal por inadequação do serviço prestado e por paralisação do serviço sem justa causa, dando prazo para que as irregularidades fossem sanadas. Diante da inércia da concessionária, foi instaurado procedimento administrativo, com direito a ampla defesa, para a extinção do contrato administrativo de concessão.

Nessa situação hipotética, o contrato de concessão deverá ser

- A extinto por caducidade, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.
- B rescindido, de forma unilateral, pelo ente municipal, não sendo cabível indenização para o concessionário.
- C extinto por encampação, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.
- D extinto por caducidade, não cabendo indenização a ser paga ao concessionário.
- E extinto por encampação, em razão do inadimplemento do concessionário.

**QUESTÃO 9**

Os serviços sociais autônomos

- A são beneficiados pelos privilégios processuais de dilação de prazo recursal.
- B devem ser criados mediante autorização por lei.
- C são alcançados pelos sistemas de precatórios.
- D possuem personalidade jurídica de direito público.
- E estão obrigados a realizar procedimentos licitatórios.

**QUESTÃO 10**

Aparelho de ressonância magnética adquirido pela prefeitura de determinado município e localizado em hospital de mesma municipalidade classifica-se, quanto à sua destinação, como bem público

- A dominical.
- B desafetado.
- C de uso especial.
- D municipal.
- E de uso comum do povo.

**QUESTÃO 11**

Se, após uma tempestade, uma árvore cair sobre um veículo e causar danos a alguém, esse evento será classificado como

- A ato fato jurídico.
- B ato unilateral.
- C negócio jurídico.
- D fato jurídico em sentido estrito.
- E ato jurídico em sentido estrito.

**QUESTÃO 12**

Assinale a opção que apresenta exemplo de bem imóvel.

- A tijolo de casa demolida
- B hipoteca de um navio
- C penhor de joia rara
- D energia elétrica de uma fábrica de cimento
- E maçã pendente de colheita

**QUESTÃO 13**

Em 1.º/1/2017, Lúcio, que era brasileiro e casado sob o regime legal com Maria, também brasileira, ambos residentes e domiciliados em um país asiático, faleceu. Lúcio deixou dois filhos como herdeiros, Vanessa e Robson, residentes e domiciliados no Brasil, e os seguintes bens a inventariar: a casa em que residia no exterior, uma casa no Brasil e dois automóveis, localizados no exterior. O casamento de Lúcio e Maria foi celebrado no Brasil. Antes do casamento, ele residia e era domiciliado no Brasil, ao passo que ela residia e era domiciliada em um país africano. O primeiro domicílio do casal foi no exterior.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A lei brasileira regulará a capacidade para suceder de Vanessa e Robson.
- B Aplica-se a lei brasileira quanto ao regime de bens do casal.
- C As regras sobre a morte de Lúcio são determinadas pela lei brasileira.
- D Aplica-se a lei brasileira quanto à regulação das relações concernentes a todos os bens de Lúcio.
- E A sucessão de Lúcio obedecerá à lei brasileira.

**QUESTÃO 14**

Fábio emprestou, mediante contrato escrito, determinada quantia em dinheiro para André e Bruno, que se responsabilizaram pelo pagamento da dívida, de forma solidária.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso André faleça e deixe dois filhos como herdeiros, eles estarão obrigados a pagar toda a dívida, limitada às forças da herança.
- B** Se, por culpa de André, o pagamento da dívida ficar impossível, a solidariedade persiste quanto ao pagamento das perdas e danos.
- C** Caso Bruno esqueça a data de vencimento da dívida, ele será o único responsável pelo pagamento dos juros de mora gerados pelo atraso no pagamento.
- D** A obrigação pelo pagamento da dívida pode ser a prazo em relação a Bruno, e à vista em relação a André.
- E** A cada um dos devedores — Bruno e André — compete o pagamento de metade da dívida.

**QUESTÃO 15**

Jonatas adquiriu de Carlos, mediante contrato de compra e venda, um veículo usado de alto valor, cujos acessórios eram de valor insignificante. Seis meses após a aquisição do bem, Jonatas perdeu a propriedade do veículo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, em processo movido por José contra Carlos.

No que se refere a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A perda da propriedade somente dos acessórios do veículo abre a possibilidade de Jonatas optar pela rescisão do contrato entabulado com Carlos.
- B** Jonatas poderá demandar Carlos pela perda do veículo, requerer a restituição do valor pago pelo bem e dos honorários do seu advogado, ainda que fique comprovado que, desde a assinatura do contrato, ele sabia que o veículo era objeto de disputa judicial.
- C** Carlos deverá responder, em favor de Jonatas, pela perda da propriedade do veículo, já que essa responsabilidade somente não subsistiria se Jonatas tivesse adquirido o veículo em hasta pública.
- D** Jonatas, sem conhecer o risco da perda, terá o direito de receber o valor que pagou pelo veículo, ainda que haja cláusula expressa no contrato que exclua qualquer responsabilização pela perda.
- E** Caso um meliante desconhecido pratique furto das quatro rodas do veículo no dia anterior à entrega do carro a José, Jonatas não terá o direito de receber o valor integral que pagou pelo carro.

**QUESTÃO 16**

Isabel doou uma casa no valor de R\$ 100.000 às suas sobrinhas Ana, de quatorze anos de idade, e Clara, de oito anos de idade, filhas de sua irmã Juliana.

Nessa situação hipotética,

- A** a doação importa em adiantamento ao que lhes cabe na herança.
- B** Isabel poderá estipular que o imóvel seja revertido ao patrimônio de Juliana, caso Ana e Clara faleçam antes dela.
- C** Isabel não poderá estipular que a doação seja distribuída de forma desigual entre Ana e Clara sem o aval de Juliana.
- D** a aceitação do imóvel por parte de Ana e Clara ou de Juliana é dispensada.
- E** a doação verbal é considerada válida.

**QUESTÃO 17**

Assinale a opção que apresenta um modo de aquisição ordinária da propriedade.

- A** renúncia
- B** usucapião
- C** desapropriação
- D** alienação
- E** abandono

**QUESTÃO 18**

João, ciente de que seu vizinho Luciano estava realizando uma longa viagem, invadiu a casa que era de propriedade de Luciano e passou a residir no imóvel com seus familiares, sem o consentimento do proprietário. Luciano cultivava em seu terreno inúmeras hortaliças, as quais João passou a comercializar. Com o lucro auferido em razão da venda das hortaliças, João instalou uma piscina no quintal de Luciano e uma rampa para cadeirantes próxima à porta de entrada da residência, já que ele sabia que Luciano tinha uma filha usuária de cadeira de rodas. Ainda durante o período em que João residiu na casa, houve uma tempestade que danificou o telhado da casa de Luciano. Luciano retornou ao imóvel e retomou sua posse por ação judicial.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que João

- A** poderá retirar a piscina, desde que repare os eventuais danos provocados pela sua instalação.
- B** não responderá pelas hortaliças colhidas para consumo próprio.
- C** responderá pela danificação do telhado da casa de Luciano.
- D** deverá ser ressarcido pela construção da rampa, assistindo-lhe o direito de retenção.
- E** terá direito às despesas de manutenção do cultivo das hortaliças.

**QUESTÃO 19**

Antônio, de vinte e cinco anos de idade, casou-se com Carla, de treze anos de idade, que estava grávida quando da realização do casamento. Embora tenha sido consentido pelos pais de Carla, o casamento foi realizado sem autorização judicial, pois os nubentes não estavam cientes dessa exigência legal.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Carla poderá confirmar o casamento após o nascimento da criança.
- B** É vedada a anulação do casamento unicamente pelo fato de Carla ser menor de idade.
- C** Anulado o casamento, este retroagirá à data de sua celebração, não produzindo nenhum efeito.
- D** Antônio poderá requerer a anulação do casamento devido ao fato de Carla ser menor de idade.
- E** O casamento é nulo, pois Carla não tinha idade núbil e não havia autorização judicial.

**QUESTÃO 20**

A sociedade conjugal de Jorge e Cristina, casados sob o regime de comunhão universal de bens, encerrou-se em 1.º/2/2017, devido ao falecimento de Jorge. O casal teve três filhos: Elisa, Cíntia e Vagner, todos maiores e capazes quando da morte de Jorge. O espólio de Jorge é constituído por um imóvel A, quitado, destinado ao aluguel de terceiros; um ágio do imóvel B, financiado, destinado à residência da família; um automóvel; e uma lancha. Jorge não deixou testamento e sua filha Cíntia pagou sozinha, com recursos financeiros próprios, seu funeral.

No que concerne a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cristina não concorrerá com seus filhos na sucessão de Jorge, resguardados os direitos de meação.
- Ⓑ Elisa e Vagner poderão aceitar a herança somente do bem A e ceder para Cíntia o restante da herança, já que ela arcou sozinha com o funeral de Jorge.
- Ⓒ Presume-se que Cíntia foi a única herdeira de todos os bens, já que ela arcou sozinha com o funeral de Jorge.
- Ⓓ A sucessão aberta é considerada um bem móvel.
- Ⓔ É assegurado aos filhos o direito real de habitação sobre o bem A.

**QUESTÃO 21**

A relação entre a Constituição e as normas jurídicas (constitucionais ou infraconstitucionais) anteriores não pode ser reduzida a um único fenômeno, além de implicar diferenciados efeitos. Há de se levar em conta o fato de se tratar tanto de uma nova ordem constitucional quanto de uma reforma constitucional que venha a se manifestar em relação ao direito constitucional originário ou mesmo em relação à legislação infraconstitucional.

Ingo Sarlet, *et al.* Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 187 (com adaptações).

Entre as situações que podem ocorrer no contexto descrito pelo texto, o Supremo Tribunal Federal (STF) admite a

- Ⓐ recepção de lei anterior, desde que materialmente compatível com a nova Constituição.
- Ⓑ constitucionalidade superveniente de lei ordinária originalmente inconstitucional, por meio de emenda constitucional posterior.
- Ⓒ manutenção de *status* constitucional de norma constitucional anterior, ainda que a nova Constituição seja omissa sobre o assunto.
- Ⓓ inconstitucionalidade superveniente de lei anterior em relação a Constituição posterior, para fins de ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓔ desconstitucionalização de norma constitucional anterior, ainda que não haja previsão expressa sobre o assunto na nova Constituição.

**QUESTÃO 22**

Caracterizará exercício do controle abstrato de constitucionalidade

- Ⓐ decisão do STF que julgue procedente mandado de injunção no caso de omissão legislativa que torne inviável o exercício do direito de greve.
- Ⓑ incidente de inconstitucionalidade julgado pelo órgão especial dos tribunais de justiça mediante a observância da cláusula de reserva de plenário.
- Ⓒ a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.
- Ⓓ a concessão de medida liminar pelo STF, no âmbito de arguição de descumprimento de preceito fundamental, para suspender os efeitos de lei federal já revogada, em razão da verificação de lesão a preceito fundamental.
- Ⓔ a apreciação da constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público pelos tribunais de contas, desde que no exercício de suas atribuições.

**QUESTÃO 23**

Acerca do movimento da constitucionalização do direito, julgue os itens a seguir.

- I Uma das consequências da constitucionalização do direito é a chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- II No contexto do Estado constitucional, são legítimos a atuação discricionária do juiz e o controle judicial dos critérios de oportunidade e conveniência do gestor público.
- III O aumento da importância das Constituições democráticas, com a irradiação de suas normas para todo o ordenamento jurídico, ampliou a liberdade de conformação do legislador.
- IV A constitucionalização do direito engloba a constitucionalização-inclusão e a constitucionalização-releitura.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ I e IV.
- Ⓓ II e III.
- Ⓔ III e IV.

**QUESTÃO 24**

O instituto da medida provisória pode ser utilizado pelo presidente da República para

- Ⓐ criar novas condições de inelegibilidade, a fim de proteger a probidade administrativa.
- Ⓑ abrir crédito extraordinário para atender a despesa imprevista e urgente, como as decorrentes de calamidade pública.
- Ⓒ regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- Ⓓ estabelecer normas gerais de organização das Defensorias Públicas estaduais.
- Ⓔ aumentar a pena de determinado tipo penal.

**QUESTÃO 25**

Considerando-se as normas constitucionais e a jurisprudência do STF, compete

- A aos municípios legislar sobre o horário de funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.
- B ao Distrito Federal organizar e manter a polícia civil distrital.
- C aos estados legislar sobre normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.
- D privativamente aos estados-membros promover políticas públicas voltadas à saúde e à assistência pública das pessoas com deficiência.
- E ao Distrito Federal legislar de forma concorrente sobre sistemas de sorteios, como bingos e loterias.

**QUESTÃO 26**

Em relação à instituição, a Lei Maior assegurou uma série de garantias e prerrogativas (...), de modo a evitar pressões e interferências de ordem externa. No tocante aos seus membros, assegurou a liberdade para o exercício de suas funções, impedindo uma subordinação que não seja à Constituição, às leis ou à sua própria consciência.

Marcelo Novelino. *Direito Constitucional*. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012, p. 974-5 (com adaptações).

O princípio institucional referido no texto, aplicável ao Ministério Público e às Defensorias Públicas, é o princípio da

- A independência funcional.
- B autonomia administrativa.
- C unidade.
- D indivisibilidade.
- E subordinação legal.

**QUESTÃO 27**

Julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do STF.

- I Independentemente da natureza do cargo, é inconstitucional a exigência de idade mínima nos concursos públicos na administração pública direta e indireta.
- II Para que sejam cumpridos, os mandatos constitucionais de criminalização previstos no art. 5.º da CF impõem ao legislador o dever de observar o princípio da proporcionalidade, como proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente.
- III O direito à liberdade de expressão abrange o denominado discurso de ódio.
- IV É possível utilizar, em processo administrativo disciplinar, provas emprestadas, incluindo-se interceptações telefônicas autorizadas judicialmente para fins de investigação criminal, desde que respeitados a ampla defesa e o contraditório.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E II e IV.

**QUESTÃO 28**

Com o intuito de exercer o controle popular das contas públicas, determinado cidadão solicitou, com base no seu direito constitucional à informação, cópias de documentos relacionados à execução de convênio celebrado entre determinado estado e uma associação, referente à capacitação dos professores da rede estadual de ensino. Ao analisar o requerimento, o secretário de Educação indeferiu o pedido, alegando que as informações requeridas eram sigilosas.

Com base nessa situação hipotética e nas normas constitucionais, o indeferimento do pedido

- A poderá ser questionado por meio da ação constitucional de *habeas data*.
- B foi correto, pois o direito à petição aos poderes públicos não abrange a defesa de informações de interesse público.
- C poderá ser questionado por meio de mandado de segurança, pois configura ato estatal ilegal violador de direito líquido e certo.
- D baseou-se em motivo impertinente, uma vez que a Constituição não admite a atribuição de sigilo a documentos públicos.
- E não violou o princípio da publicidade, pois as informações requeridas só poderiam ser divulgadas após a aprovação das contas do convênio.

**QUESTÃO 29**

Após o devido processo legislativo, o prefeito de um município promulgou lei reduzindo direitos fundamentais trabalhistas, com o objetivo de aumentar o número de empregos na localidade.

Considerando-se essa situação hipotética e tomando-se como parâmetro do controle de constitucionalidade a Constituição Federal de 1988, é possível questionar a referida lei municipal por meio de

- A ação declaratória de constitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça, desde que haja previsão na constituição estadual.
- B arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada no STF.
- C ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.
- D mandado de segurança impetrado no juízo de primeira instância.
- E ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no tribunal de justiça respectivo, independentemente de a matéria ser de reprodução obrigatória na constituição estadual.

**QUESTÃO 30**

Devido à ocorrência de calamidade natural de grandes proporções em determinado município, o presidente da República, após consultar exclusivamente o Conselho da República e o Conselho Nacional, decretou o estado de defesa naquela localidade.

Com base nessa situação hipotética e considerando as normas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A** As medidas coercitivas previstas na CF para aplicação em casos como esse incluem a ocupação e o uso temporário de bens e serviços.
- B** O tempo de duração do estado de defesa não poderá ser superior a noventa dias, sendo vedada a sua prorrogação.
- C** Se houver fatos que comprovem a ineficácia das medidas tomadas durante o estado de defesa, este será automaticamente convertido em estado de sítio.
- D** Durante o estado de defesa, o controle das prisões será político, exercido pelo Congresso Nacional, e judicial, exercido pelo STF.
- E** O decreto presidencial é inconstitucional, uma vez que não houve autorização prévia do Congresso Nacional.

**QUESTÃO 31**

Paula, que é juíza na vara da infância e juventude de determinado município e atua em parceria com o conselho tutelar, é casada com o tio de Maria, que pretende exercer a função de conselheira tutelar no município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre impedimentos do conselheiro tutelar.

- A** O Estatuto da Criança e do Adolescente veda a nomeação para o mesmo conselho tutelar de parente colateral por afinidade até o terceiro grau, aplicando-se a regra, portanto, a Paula e a Maria.
- B** Prevalece o impedimento em relação a Maria, pois não há distinção entre parentes consanguíneos ou afins após o casamento civil, aplicando-se a regra, portanto, a Paula e a Maria.
- C** A situação apresentada não constitui impedimento para Maria assumir o conselho tutelar, não havendo justa causa para a negativa de posse, mas apenas para o exercício da função em um mesmo atendimento que envolva Paula como juíza.
- D** Há parentesco por afinidade entre Paula e Maria, o que configura impedimento legal previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- E** O Estatuto da Criança e do Adolescente veda, tão somente, a nomeação para o mesmo conselho tutelar de tio e sobrinho, não se aplicando a regra ao parentesco entre Paula e Maria.

**QUESTÃO 32**

Por volta das vinte horas de determinado dia, policiais militares encontraram uma criança indígena de nove anos de idade dormindo no banco da praça da cidade, sozinha e desacompanhada. Os policiais foram orientados pelo comando da guarnição a levar a criança a uma instituição de acolhimento da cidade.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A** Mesmo diante da possibilidade de reintegração da criança à família de origem, a entidade acolhedora deverá enviar relatório fundamentado ao Ministério Público recomendando a destituição do poder familiar, como medida de punição pelo abandono da criança.
- B** Eventual acolhimento familiar ou institucional deverá ocorrer em local próximo à residência dos pais ou do responsável, como parte do processo de reintegração familiar, mas o contato familiar com a criança será facilitado e estimulado somente depois de a família de origem ter passado por programas obrigatórios oficiais de orientação, de apoio e de promoção social.
- C** Se a entidade para onde foi encaminhada a criança mantiver programa de acolhimento institucional, ela, em caráter excepcional e de urgência, poderá acolher a criança sem prévia determinação da autoridade competente, devendo a comunicação do fato ser feita em até vinte e quatro horas ao juiz da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade.
- D** O fato de ter sido encontrada na rua e desacompanhada enseja o afastamento da criança do convívio familiar, que pode ser determinado pelo conselho tutelar, que detém competência exclusiva para tal, e importa também na deflagração, a pedido do Ministério Público, de procedimento administrativo no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- E** A entidade que acolheu a criança deverá elaborar, imediatamente, um plano individual de atendimento com o objetivo de colocá-la em uma família substituta, a menos que haja ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente.

**QUESTÃO 33**

Com referência às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A** Em se tratando de criança acolhida cuja paternidade não tenha sido definida, será ajuizada ação de investigação de paternidade pelo Ministério Público ainda que, após o não comparecimento ou a recusa do suposto pai em assumir a paternidade a ele atribuída, a criança seja encaminhada para adoção.
- B** Falta e carência de recursos materiais constituem motivos suficientes para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- C** A condenação do pai ou da mãe, por crime doloso, à pena de reclusão implicará a destituição do poder familiar, independentemente de contra quem o crime tenha sido praticado.
- D** Na colocação de criança indígena em família substituta é obrigatório considerar e respeitar seus costumes e tradições, independentemente de serem compatíveis ou não com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal.
- E** Se uma criança estiver inserida em programa de acolhimento institucional, a sua situação deverá ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório fundamentado, decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, nas modalidades de guarda, tutela, ou adoção.

**QUESTÃO 34**

Considerando que determinado adolescente de dezessete anos de idade tenha sido apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao crime de furto, assinale a opção correta.

- A** Em caso de não liberação, e sendo impossível a sua apresentação imediata ao Ministério Público, o adolescente será encaminhado pela autoridade policial a entidade de atendimento, que o apresentará ao Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas, ou, não havendo na localidade entidade de atendimento e na falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência prisional, ainda que junto a maiores.
- B** Apresentado o adolescente, o Ministério Público, no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente, dará início a imediata e informal audiência de custódia com a participação dos pais do adolescente ou de seu responsável, da vítima e de testemunhas.
- C** O Ministério Público poderá oferecer representação à autoridade judiciária propondo a instauração de procedimento para a aplicação da medida socioeducativa que se afigurar a mais adequada, devendo a representação ser oferecida por petição, que conterà obrigatoriamente breve resumo dos fatos, a classificação do ato infracional, prova pré-constituída da autoria e materialidade e, quando necessário, o rol de testemunhas.
- D** Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente e o adolescente e seus pais ou responsável serão cientificados do teor da representação, e notificados a comparecer à audiência, acompanhados de advogado, devendo a autoridade judiciária determinar a condução coercitiva dos pais ou do responsável se eles não forem localizados.
- E** Com o comparecimento de qualquer dos pais ou do responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para a garantia de sua segurança pessoal ou da manutenção da ordem pública.

**QUESTÃO 35**

A Defensoria Pública moveu ação civil pública, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, contra determinado município e em favor dos interesses de uma criança de quatro anos de idade, que não havia sido matriculada na educação infantil por falta de vagas. O réu alegou em contestação que a ação civil pública não pode ser utilizada para demandas individuais, que as vagas na educação infantil, em razão da demanda expressiva, não podem ser destinadas para casos específicos, devendo ser observada uma ordem de inscrição, sob pena de violação ao princípio da igualdade perante a lei.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A ação civil pública é inviável na medida em que no Estatuto da Criança e do Adolescente não há previsão expressa de ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- B** A ação civil pública seria viável se o autor fosse o Ministério Público, na medida em que a Defensoria Pública não é legitimada para ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente para responsabilização por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do ensino obrigatório e de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- C** A medida intentada pela Defensoria Pública é descabida: a ação civil pública destina-se a tutelar interesses difusos ou coletivos, não sendo instrumento jurídico-processual hábil a tutelar interesses individuais indisponíveis de apenas uma criança, de modo que o processo deve ser extinto sem resolução de mérito.
- D** A ação civil pública é viável na medida em que no Estatuto da Criança e do Adolescente há previsão expressa de ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente referentes ao não oferecimento ou oferta irregular do ensino obrigatório e de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- E** A causa terá seguimento, visto que é cabível a ação civil pública na hipótese, mas, no julgamento do mérito, os argumentos do réu deverão ser acolhidos, já que conferir tratamento desigual à criança implica violação ao princípio da igualdade, o que não encontra amparo na norma especial do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**QUESTÃO 36**

São considerados direitos decorrentes de origem comum os direitos

- A** indivisíveis.
- B** coletivos.
- C** individuais homogêneos.
- D** difusos.
- E** transindividuais.

**QUESTÃO 37**

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito

- A** concorrer, por qualquer forma, para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa jurídica, de bens integrantes do acervo patrimonial da administração direta estadual.
- B** permitir a utilização, em obra particular, de material que seja de propriedade de pessoa jurídica da administração direta estadual.
- C** doar à pessoa jurídica, ainda que sem fins patrimoniais, verbas do patrimônio de pessoa jurídica da administração direta estadual.
- D** permitir que pessoa física utilize renda integrante do acervo patrimonial de pessoa jurídica da administração indireta estadual.
- E** exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

**QUESTÃO 38**

Se o idoso não tiver condições econômicas de prover seu próprio sustento, os alimentos serão

- A** providos pelo poder público, desde que o idoso tenha mais de setenta anos.
- B** divididos entre os parentes, respeitada a ordem legal.
- C** prestados subsidiariamente pelos netos, se houver.
- D** prestados solidariamente, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- E** obtidos mediante transação, desde que homologada por um juiz.

**QUESTÃO 39**

Maria, que ocupa área urbana com cem metros quadrados há oito anos e utiliza-a como moradia, procurou a Defensoria Pública para ajuizar ação requerendo a declaração da usucapião especial urbana da referida área.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** A citação dos confrontantes será necessária, se ocupados os imóveis.
- B** O ajuizamento superveniente de ação de reintegração de posse pelo proprietário da área sobrestará a ação proposta por Maria.
- C** A citação do titular do registro é de extrema relevância nesse processo.
- D** Caso seja necessária perícia, essa ação deverá ser ajuizada sob o rito ordinário.
- E** Maria terá o direito de requerer a usucapião da referida área, ainda que seja proprietária de imóvel rural em outro estado.

**QUESTÃO 40**

No que diz respeito à tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, julgue os itens a seguir.

- I** A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos coletivos de que sejam titulares quaisquer grupo de pessoas ligadas por uma relação jurídica com a parte contrária.
- II** A sentença de improcedência proferida em ação civil pública que tenha por objeto a defesa de interesses coletivos formará coisa julgada *secundum eventum probationis*.
- III** Inexiste litispendência entre ações individuais e ação civil pública coletiva que tenham objetos idênticos.
- IV** A sentença prolatada em ação civil pública proposta por entidade associativa na defesa dos interesses dos seus associados abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

**QUESTÃO 41**

Os princípios consagrados no Código de Defesa do Consumidor (CDC) consistem no ponto de partida para a compreensão do sistema adotado pela lei consumerista e dos seus aspectos de proteção aos vulneráveis negociais. Considerando essas informações, assinale a opção correta, acerca dos princípios fundamentais do CDC e de suas consequências práticas.

- A** O princípio da equivalência negocial, embora seja um critério limitativo da liberdade contratual, não impede que o fornecedor redija condição geral contratual que determine a utilização compulsória de arbitragem.
- B** A falta de clareza na elaboração de uma condição geral contratual não enseja a sua invalidade, já que, nesse caso, deve ser aplicado o princípio da conservação dos pactos contratuais, a fim de tutelar as expectativas das partes.
- C** A caracterização da vulnerabilidade do consumidor admite prova em contrário, a qual pode ser demonstrada, em cada caso concreto, por meio das particularidades da situação fático-jurídica.
- D** A inversão do ônus da prova, considerada um direito básico do consumidor, exige dois critérios para a sua aplicação: alegação verossímil e hipossuficiência do consumidor.
- E** A hipossuficiência do consumidor — que não se relaciona, necessariamente, à condição financeira, política e social do destinatário final do produto — deve ser aferida em cada caso concreto, não podendo ser simplesmente presumida.



**QUESTÃO 42**

Devido ao fato de a expansão do mercado de consumo ter elevado a vulnerabilidade do consumidor, o CDC, para resguardar esses consumidores, estabeleceu como direito básico do destinatário final do produto e(ou) serviço a prevenção e a reparação de danos patrimoniais, morais, individuais, coletivos e difusos. Considerando esse assunto, assinale a opção correta, a respeito da responsabilidade do fornecedor pelo vício e fato do produto e do serviço.

- A** Em caso de vícios aparentes identificados em bens duráveis, o prazo decadencial para exercer o direito de reclamar é de cento e oitenta dias, a contar da ciência inequívoca do vício.
- B** Em caso de fato do produto, o prazo prescricional é de três anos, tendo por termo *a quo* o conhecimento do dano e de sua autoria.
- C** Em caso de vício do produto, os fornecedores não respondem solidariamente por divergência de qualidade e quantidade, devendo ser identificado, na cadeia produtiva, o fornecedor imediatamente responsável pelo vício alegado.
- D** A responsabilidade transsubjéctiva possibilita à vítima demandar a reparação de danos em face de quem não o tenha praticado diretamente.
- E** A responsabilidade do fornecedor pelo produto e(ou) serviço é valorada pelo critério objetivo, isto é, a configuração do dever de reparar prescinde da análise de culpa *lato sensu*, estando todos os fornecedores submetidos a esse critério.

**QUESTÃO 43**

No que se refere à defesa do consumidor, assinale a opção correta.

- A** A Defensoria Pública possui legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública na defesa de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- B** Os legitimados ativos para o ajuizamento de ação coletiva poderão apenas representar os interesses das vítimas, não podendo propor a ação coletiva em nome próprio.
- C** Tratando-se de ações de danos de âmbito local que envolvam direitos difusos, a competência territorial para o ajuizamento da ação coletiva será a capital do estado onde tenha ocorrido o dano, ou o Distrito Federal.
- D** Os direitos individuais homogêneos caracterizam-se pela transindividualidade, indivisibilidade e indeterminação de titularidade.
- E** Nas ações coletivas previstas na Lei n.º 8.078/1990, a sentença fará coisa julgada *erga omnes* quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

**QUESTÃO 44**

A respeito das infrações penais previstas no CDC, assinale a opção correta.

- A** O fornecedor que, na reparação de produtos, emprega peça ou componentes de reposição usados, sem a autorização do consumidor, comete ilícito civil, e não crime contra as relações de consumo.
- B** A realização de publicidade enganosa configura crime contra as relações de consumo, com pena de detenção de três meses a um ano e multa.
- C** A exposição do consumidor, de forma injustificada, a ridículo ou a situação que prejudique seu trabalho, em razão de cobrança de dívida, embora configure dano moral indenizável, não configura crime contra as relações de consumo.
- D** Impedir ou dificultar o acesso do consumidor a informações que sobre ele constem de cadastros, banco de dados, fichas e registros configura ilícito civil, remediado mediante *habeas data* e sem repercussão na seara penal.
- E** Qualquer violação do dever de informação constitui crime contra as relações de consumo, por ofensa ao princípio da transparência.

**QUESTÃO 45**

A necessidade de proteção dos destinatários finais dos produtos e serviços ofertados no mercado de consumo abarca as pessoas humana e jurídica, com o objetivo de tutelar a vulnerabilidade e a hipossuficiência dos consumidores. A partir dessa informação, assinale a opção correta, a respeito dos integrantes e do objeto da relação de consumo.

- A** Aplica-se o CDC para a relação entre condômino e condomínio no que diz respeito à cobrança de taxas, em decorrência da vulnerabilidade do condômino em relação ao condomínio.
- B** Em circunstâncias específicas, pessoas que não firmaram qualquer contrato de consumo podem ser equiparadas a consumidores, para fins de proteção.
- C** O conceito de fornecedor não abarca as pessoas jurídicas que atuam sem fins lucrativos, com caráter beneficente ou filantrópico, ainda que elas desenvolvam, mediante remuneração, atividades no mercado de consumo.
- D** Com base na teoria finalista, a condição de destinatário final do produto não é requisito essencial para a classificação da pessoa física ou jurídica como consumidora.
- E** A teoria maximalista amplia sobremaneira o alcance da relação de consumo, mas não abarca as pessoas jurídicas, devido ao fato de considerar que estas jamais se encontrarão em situação de vulnerabilidade frente ao fornecedor.

**QUESTÃO 46**

O tratamento jurídico diferenciado concedido às sociedades empresárias enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte pode ser exercido por pessoa jurídica

- A** constituída sob a forma de cooperativa de consumo.
- B** de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- C** com sede no exterior.
- D** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- E** que exerça atividade de banco de investimento.

**QUESTÃO 47**

Neste ano de 2017, determinada pessoa está sendo executada judicialmente com base em nota promissória vencida e válida, com aposição de local e data pelo portador. A nota promissória refere-se ao ano de 2016.

Das informações a respeito da situação hipotética apresentada infere-se que

- A a aposição de local e data no título prejudica a sua execução.
- B a denominação “nota promissória” foi redigida por extenso e na língua em que foi emitida.
- C o emitente do título é um brasileiro nato.
- D ocorreu prescrição para a propositura da ação de execução do título extrajudicial contra o devedor do título.
- E o negócio concretizado com a emissão da nota promissória se deu entre pessoas jurídicas.

**QUESTÃO 48**

Constitui ato constitutivo da pessoa jurídica de direito privado

- A a certidão simplificada.
- B o registro de imóvel.
- C a procuração pública.
- D o balanço patrimonial.
- E o contrato social.

**QUESTÃO 49**

Assinale a opção que apresenta a denominação dada a pessoa capaz ordenada ao exercício profissional de atividade economicamente organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

- A sociedade anônima
- B sociedade limitada
- C empresa
- D empreendedor
- E empresário

**QUESTÃO 50**

Um empregado público, empresário proprietário de veículo e de unidade residencial no estado de Alagoas, recebeu notificação de protesto a respeito de dívida estadual.

Nessa situação hipotética,

- A o empregado público foi intimado pessoalmente pelo tabelião.
- B o débito pode estar em certidão de dívida ativa estadual.
- C o débito refere-se às atividades empresariais do empregado público.
- D o empregado público foi intimado por dívida relativa a precatórios.
- E o débito decorre de ação de regresso.

**QUESTÃO 51**

Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores, em caso de furto de energia elétrica, o pagamento integral do débito, desde que efetuado em momento anterior ao recebimento da peça acusatória, configura

- A escusa absolutória relativa.
- B circunstância atenuante, apenas.
- C arrependimento eficaz.
- D causa supralegal de justificação.
- E causa extintiva da punibilidade.

**QUESTÃO 52**

Jonas descobriu, na mesma semana, que era portador de doença venérea grave e que sua esposa, Priscila, planejava pedir o divórcio. Inconformado com a intenção da companheira, Jonas manteve relações sexuais com ela, com o objetivo de lhe transmitir a doença. Ao descobrir o propósito de Jonas, Priscila foi à delegacia e relatou o ocorrido. No curso da apuração preliminar, constatou-se que ela já estava contaminada da mesma moléstia desde antes da conduta de Jonas, fato que ela desconhecia.

Nessa situação hipotética, considerando-se as normas relativas a crimes contra a pessoa, a conduta perpetrada por Jonas constitui

- A tentativa de perigo de contágio venéreo.
- B crime impossível, em razão do contágio anterior.
- C delito putativo de contágio por moléstia grave.
- D perigo de contágio por moléstia grave consumado.
- E tentativa de lesão corporal, devido ao perigo de contágio venéreo.

**QUESTÃO 53**

A respeito dos crimes de denúncia caluniosa e comunicação falsa de crime, assinale a opção correta.

- A Em relação a ambos os crimes, admite-se que o agente seja autoridade pública encarregada da persecução criminal.
- B Em relação a ambos os crimes, a instauração da investigação configura elemento normativo dos tipos suficiente para configurar consumação.
- C Exige-se, como elemento normativo dos tipos desses crimes, a indicação de pessoa certa e determinada.
- D Em relação a ambos os crimes, impõe-se ao agente saber da inocência da pessoa a quem se imputa o crime ou infração.
- E A consumação desses crimes se dá desde que o agente, ao comunicar o crime, tenha consciência atual de que inexistente a infração por ele imputada.

**QUESTÃO 54**

No que tange aos crimes contra o sentimento religioso, assinale a opção correta.

- A Para que configure crime, a prática do escárnio deve expressar o fim específico de ofender o sentimento religioso de um indivíduo, como elemento subjetivo do injusto.
- B A caracterização desse tipo de crime exige que a prática de escárnio seja efetuada na presença do sujeito passivo.
- C Em caso de escárnio por motivo religioso acompanhado de ofensa a honra individual, o agente responderá em concurso formal de crimes.
- D Em se tratando de escárnio por motivo religioso, a pena será acrescida de um terço caso se verifique o exercício de violência, desde que voltada contra objetos e esculturas sagradas.
- E Constitui infração penal o ato de escarnecer, em público, um grupo religioso.

**QUESTÃO 55**

Deverá responder por crime de assédio sexual o

- A líder religioso que, no ambiente ecumênico, por reiteradas vezes, importunar fiel para que realize ato de natureza sexual.
- B agente que, se valendo de lotação elevada em veículo de transporte público, praticar ato libidinoso sem o consentimento da vítima.
- C indivíduo que constranger a vítima, em ambiente virtual, a se expor ou a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
- D sujeito que praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal com vítima alcoolizada incapaz de manifestar livremente sua vontade.
- E empregador que, fora do ambiente laboral, constranger funcionário a conceder favorecimento sexual, valendo-se de sua condição hierárquica.

**QUESTÃO 56**

Considerando a Lei Maria da Penha e o entendimento dos tribunais superiores acerca de crimes contra a mulher, assinale a opção correta.

- A A Lei Maria da Penha não estabelece medidas próprias para o descumprimento de medidas protetivas, devendo-se, nesse caso, responsabilizar o agente pelo crime de desobediência.
- B Em caso de violência contra mulher, para que se aplique a Lei Maria da Penha, deverá ser demonstrada a situação de vulnerabilidade ou hipossuficiência da vítima, sob a perspectiva de gênero.
- C As medidas protetivas de urgência têm natureza cautelar e temporária, sendo vinculadas à existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o agressor.
- D A agravante relativa à violência contra a mulher prevista no Código Penal (CP) não se aplica de modo conjunto com outras disposições da Lei Maria da Penha, sob pena de acarretar o *bis in idem*.
- E Ato de violência física contra mulher, em ambiente doméstico, acarreta pena de prisão simples ou de multa, admitindo-se que o magistrado fixe apenas a pena pecuniária.

**QUESTÃO 57**

Assinale a opção que apresenta causa que acarreta a extinção da punibilidade, extensível aos coautores e partícipes.

- A morte do agente
- B preempção
- C perdão judicial
- D retração do querelado na calúnia
- E prescrição ao agente menor de vinte e um anos

**QUESTÃO 58**

Constitui efeito extrapenal secundário específico da condenação a

- A proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, licença ou autorização do poder público.
- B declaração de incapacidade para o exercício do pátrio poder, em caso de crime doloso sujeito à pena de reclusão cometido contra filho.
- C suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, pelo tempo da pena imposta.
- D proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.
- E proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, nos casos de crimes praticados com violação de dever funcional.

**QUESTÃO 59**

Quanto às circunstâncias agravantes e às atenuantes, assinale a opção correta.

- A Constitui atenuante genérica o erro sobre a ilicitude do fato, embora o desconhecimento da lei seja inescusável.
- B Inexiste, nas agravantes e atenuantes genéricas, previsão legal taxativa acerca do *quantum* a ser aplicado, cabendo ao juiz defini-lo.
- C As circunstâncias agravantes incidem apenas sobre os crimes dolosos.
- D A circunstância atenuante referente à senilidade é definida pelo Estatuto do Idoso.
- E A clemência incide em circunstâncias anteriores à prática do crime, nas hipóteses previstas expressamente no CP.

**QUESTÃO 60**

Com relação à ilicitude e às causas de exclusão, julgue os itens a seguir.

- I As causas de exclusão de antijuridicidade previstas no CP são taxativas.
- II As fontes das causas de justificação são a lei, a necessidade e a falta de interesse.
- III Os efeitos das causas excludentes de antijuridicidade se estendem à esfera extrapenal.
- IV O consentimento do ofendido é causa de exclusão de ilicitude expressa no CP.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

**QUESTÃO 61**

O auxílio-acidente é um benefício devido ao segurado que se encontra na condição de

- A** aposentado em razão de acidente e que necessite de assistência permanente de outra pessoa.
- B** vítima de acidente de trabalho que fique incapacitado por período inferior a quinze dias.
- C** incapacitado para o exercício de suas atividades habituais e que não disponha de tempo suficiente para o recebimento da aposentadoria por invalidez.
- D** vítima de acidente que, após consolidadas as lesões decorrentes do acidente e o retorno às suas atividades laborais, sofra redução na capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- E** vítima de acidente e que esteja incapacitado para o trabalho por tempo indeterminado.

**QUESTÃO 62**

Se uma pessoa que tenha sido contribuinte individual por trinta anos se aposentar pelo registro geral de previdência social (RGPS) e, após essa primeira aposentadoria, passar a contribuir para o RGPS como segurada-empregada, ela poderá acumular essa aposentadoria por tempo de contribuição com

- A** o salário-maternidade proveniente de adoção.
- B** a aposentadoria por idade.
- C** a aposentadoria especial.
- D** a aposentadoria por invalidez.
- E** o auxílio-doença.

**QUESTÃO 63**

O valor da renda mensal poderá superar o teto máximo do RGPS se se tratar dos seguintes benefícios:

- A** aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade.
- B** salário-família e auxílio-reclusão.
- C** aposentadoria por idade e pensão por morte.
- D** salário-maternidade e aposentadoria por invalidez, caso o segurado dependa da assistência permanente de outra pessoa.
- E** aposentadoria especial e auxílio-doença.

**QUESTÃO 64**

Nas ações previdenciárias, o *jus postulandi* é admissível,

- A** no primeiro grau de jurisdição dos juizados especiais federais, se na localidade não tiver advogado.
- B** no primeiro grau de jurisdição, nas ações que se processarem nas varas federais da justiça comum.
- C** em qualquer ação previdenciária em curso nos juizados especiais federais e nas varas da justiça comuns.
- D** em qualquer grau de jurisdição, nas ações de competência dos juizados especiais federais.
- E** no primeiro grau de jurisdição, nas ações que se processarem perante o juizado especial federal.

**QUESTÃO 65**

No que se refere à organização e aos princípios da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- I** A assistência social integra o conjunto de direitos sociais assegurados aos necessitados e as ações atinentes à seguridade social.
- II** A equidade na forma de participação do custeio veda a utilização de alíquotas de contribuições diferenciadas para aqueles que contribuem para o sistema.
- III** A universalidade de cobertura preconizada pelo ordenamento jurídico vigente limita a proteção social àqueles que contribuem para o sistema.
- IV** A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes das contribuições sociais e dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

**QUESTÃO 66**

A respeito da contagem recíproca do tempo de serviço, julgue os itens a seguir.

- I** A contagem recíproca do tempo de serviço é admissível sempre que o segurado migrar do regime público de previdência social para o RGPS, e vice-versa.
- II** Para que a contagem recíproca do tempo de serviço seja admitida, o trabalhador deve indenizar o órgão previdenciário para o qual migrou.
- III** É vedada a contagem de tempo exercida concomitantemente no serviço público e na atividade privada.
- IV** A aposentadoria resultante da contagem recíproca do tempo de serviço deve ser rateada de forma proporcional por ambos os sistemas previdenciários para os quais o segurado tenha contribuído.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** II e IV.
- E** III e IV.

**QUESTÃO 67**

A respeito de ação indenizatória, julgue os itens a seguir.

- I O beneficiário da gratuidade de justiça não pode ser condenado ao pagamento de custas e honorários ao patrono da parte demandada, no caso de sucumbência.
- II Ajuizada ação de indenização por danos morais, o valor da causa a ser atribuído à causa deve corresponder ao valor pretendido pelo demandante.
- III Denegado o pedido indenizatório, o recurso interposto ainda sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 deverá ser processado e julgado de acordo com as normas do Código de Processo Civil de 2015.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 68**

Julgue os itens a seguir, a respeito de ação indenizatória.

- I Em se tratando de ação anulatória de indébito cumulada com indenizatória, o juiz poderá indeferir a petição inicial por ausência de interesse processual se existirem outras inscrições negativas relativas ao demandante.
- II Na fixação do valor indenizatório correspondente a uma única prestação pecuniária, os juros moratórios fluem a partir da citação em caso de responsabilidade extracontratual.
- III Será nula a sentença que acolher o pedido indenizatório do demandante em face de instituição financeira caso o juiz sentenciante esteja promovendo ação contra a mesma instituição.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 69**

Julgue os itens seguintes, a respeito de demandas que envolvam instituição de ensino superior particular.

- I Caso a demanda verse sobre inadimplemento de mensalidade, a competência, em regra, é da justiça federal.
- II A competência para o processamento do feito que verse sobre credenciamento de entidade perante o MEC é da justiça federal.
- III Tratando-se de demanda sobre registro de diploma perante o MEC, a competência da justiça federal pode ser derogada para a justiça comum estadual em decorrência do foro de eleição constante no contrato de prestação de serviços educacionais.
- IV Em se tratando de demanda sobre cobrança de taxas escolares oriunda de um mandado de segurança, a competência será da justiça federal.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III, IV.

**QUESTÃO 70**

Acerca de formação de litisconsórcio, conflito de competência e prazo, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- A Na hipótese de litisconsórcio ativo, o valor da causa para fins de fixação da competência do juizado especial federal deve ser calculado a partir da soma do valor pretendido por cada litisconsorte, soma esta que não poderá ultrapassar o patamar de sessenta salários mínimos.
- B No caso de litisconsórcio unitário, a independência da atividade dos litisconsortes é plena.
- C Suscitado o conflito de competência, a intervenção do Ministério Público, na qualidade de *custos legis*, é facultativa.
- D Município demandado terá prazo em dobro somente para contestar e para recorrer.
- E É competência absoluta dos juizados especiais da fazenda pública processar e julgar as causas de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios cujos valores não excedam sessenta salários mínimos, inexistindo impedimento à formação de litisconsórcio passivo do ente estatal com pessoa jurídica de direito privado.

**QUESTÃO 71**

Acerca das normas processuais civis e dos atos processuais, assinale a opção correta.

- A O pronunciamento judicial que rejeita exceção de pré-executividade, com o prosseguimento da execução, qualifica-se como decisão interlocutória.
- B É vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, iniciar de ofício o processo.
- C A substituição processual é espécie do gênero legitimação ordinária e pode ser inicial ou superveniente, exclusiva ou concorrente.
- D Conforme a sistemática processual brasileira, é vedado ao juiz, em quaisquer hipóteses, decidir por equidade.
- E A desistência da ação produz efeitos imediatos, dispensando-se intervenção judicial.

**QUESTÃO 72**

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), é passível de estabilização a tutela

- Ⓐ cautelar de urgência requerida em caráter antecedente, mediante a negociação expressa entre as partes.
- Ⓑ antecipada concedida em caráter antecedente, se da decisão houver interposição de recurso por assistente simples e o réu não se manifestar.
- Ⓒ cautelar concedida em caráter antecedente, se da decisão não houver interposição de recurso cabível.
- Ⓓ antecipada de urgência requerida em caráter antecedente, mediante negociação expressa entre as partes.
- Ⓔ provisória concedida em caráter incidental, se da decisão não houver interposição tempestiva de recurso.

**QUESTÃO 73**

No processo de conhecimento, o réu devidamente citado que, injustificadamente, não comparecer à audiência de conciliação

- Ⓐ será considerado revel e seu ato será considerado atentatório à dignidade da justiça.
- Ⓑ será sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor da União ou do estado.
- Ⓒ será considerado revel e sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor da União ou do estado.
- Ⓓ será sancionado com multa, cujo valor deve ser revertido em favor do autor.
- Ⓔ terá o prazo de dez dias para manifestar seu interesse na autocomposição.

**QUESTÃO 74**

Determinado recurso especial que diz respeito a uma relevante questão de direito, com grande repercussão jurídica, econômica e política, mas sem repetição em múltiplos processos, foi distribuído para determinada turma do Superior Tribunal de Justiça. Em razão do interesse social da matéria, a Defensoria Pública requereu o julgamento do recurso por órgão colegiado indicado pelo regimento do tribunal. O pedido foi acolhido, tendo o relator proposto que o julgamento fosse realizado por determinada seção, a qual proferiu acórdão, sem revisão de tese, que passou a vincular todos os juízes e órgãos fracionários.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que o instrumento processual suscitado pela Defensoria Pública e proposto pelo relator do recurso especial foi o

- Ⓐ incidente de resolução de demandas repetitivas.
- Ⓑ incidente de assunção de competência.
- Ⓒ julgamento de recursos especiais repetitivos.
- Ⓓ incidente de arguição de inconstitucionalidade.
- Ⓔ conflito de competências.

**QUESTÃO 75**

De acordo com o que dispõe o CPC sobre os procedimentos especiais, é admissível a oposição de embargos de terceiro quando

- Ⓐ tais embargos forem opostos no cumprimento de sentença ou no processo de execução antes da adjudicação, mas sempre depois da assinatura da respectiva carta.
- Ⓑ pretender o oponente, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o que controvertem autor e réu.
- Ⓒ tais embargos forem opostos em processo de conhecimento, desde que antes da audiência de instrução e julgamento.
- Ⓓ for considerado executado o oponente indevidamente citado em processo de execução.
- Ⓔ tais embargos forem fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido de registro.

**QUESTÃO 76**

Caso não seja cumprida voluntariamente sentença transitada em julgado no âmbito do juizado especial cível,

- Ⓐ o interessado deverá solicitar, por escrito, a execução da sentença, sendo necessária nova citação.
- Ⓑ o juiz determinará ao vencido o imediato cumprimento da sentença, sob pena de aplicação de multa diária.
- Ⓒ o juiz procederá, de ofício, à execução da sentença.
- Ⓓ proceder-se-á desde logo à execução mediante solicitação do interessado, que poderá ser verbal, dispensada nova citação.
- Ⓔ não será admitida a execução da sentença no próprio juizado.

**QUESTÃO 77**

Detido em uma *blitz* policial por trafegar com o farol apagado, o motociclista Rafael foi submetido a revista, tendo sido encontradas com ele dez porções de cocaína, que totalizaram 10 gramas. Rafael alegou que eram para consumo próprio. Enquanto o motociclista explicava seu álibi para os policiais, uma pessoa o indagou, em uma mensagem de texto recebida no seu telefone celular, pela droga que ele havia se comprometido a entregar. Na ocasião, os policiais exigiram que Rafael entregasse o celular e, com base no teor da mensagem, conduziram o motociclista preso em flagrante e o apresentaram ao delegado, que o indiciou por tráfico de droga.

Nessa situação hipotética, considera-se a prova utilizada pelos policiais para prender Rafael

- Ⓐ legal, caso seja validada pelo Ministério Público por despacho fundamentado, sujeito a controle judicial.
- Ⓑ nula, já que essa prova implica desrespeito ao sigilo telefônico e, por isso, não pode ser usada para embasar sua condenação.
- Ⓒ lícita, já que não se trata de interceptação de conversa telefônica, mas sim de mensagem telefônica.
- Ⓓ passível de validação posterior pelo juiz diante dos indícios da sua autoria ou participação em crime grave.
- Ⓔ de nulidade relativa, que se aplica somente se provado prejuízo ao réu.

**QUESTÃO 78**

Em se tratando de crimes contra a dignidade sexual, a ação penal

- I se processa exclusivamente mediante ação penal privada.
- II pode ser pública incondicionada ou condicionada à representação, conforme a idade da vítima.
- III pode ser iniciada a qualquer tempo, desde que o fato seja comunicado à polícia ou ao Ministério Público.
- IV será pública incondicionada nas situações em que a vítima tiver menos de quatorze anos, padecer de doença mental incapacitante ou não puder oferecer resistência.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E I, III e IV.

**QUESTÃO 79**

À luz do entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, no que se refere ao papel institucional da Defensoria Pública dos estados.

- I A Defensoria Pública pode firmar convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, mediante lei autorizativa da assembleia legislativa do estado, para a defesa dos necessitados.
- II Cabe ao defensor público patrocinar a ação penal privada e a ação penal subsidiária da pública.
- III A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública postulatória de direitos difusos e coletivos de interesse das pessoas necessitadas.
- IV A substituição de defensor público em atuação no processo por defensor dativo na realização de ato processual gera nulidade absoluta.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

**QUESTÃO 80**

Maria denunciou seu esposo, Antônio, por ele ter insistido em manter relação sexual com ela, contra a sua vontade, após chegar em casa embriagado. Maria afirmou, ainda, que Antônio, diante de sua recusa, a agrediu verbalmente, dirigindo-lhe palavras insultuosas.

Antônio foi condenado, mas a sua defesa recorreu, alegando nulidade do pedido e requerendo absolvição por falta de condição de procedibilidade da ação penal ante a ausência de representação formal da vítima.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A situação em apreço se refere a crime de injúria com violência doméstica contra a mulher, razão por que a ação penal pode ser iniciada a qualquer tempo.
- B O crime em questão é de ação pública condicionada e só pode ir adiante se Maria fizer uma representação formal.
- C O fato de Maria ter registrado a ocorrência e pedido providências supre o requisito da representação.
- D A ação penal será arquivada se Maria desistir do registro da ocorrência policial em audiência especial perante o juiz e o representante do Ministério Público.
- E A ausência de lesão corporal impossibilita que o fato em questão seja abrangido pelas normas tutelares da Lei Maria da Penha.

**QUESTÃO 81**

Em determinada ação penal, o Ministério Público ofereceu como prova gravação feita por testemunha que tinha gravado um diálogo com o acusado, na qual este admitia que havia pagado propina a um funcionário público para que ele expedisse documento de interesse exclusivo e privado do acusado.

Nessa situação hipotética, como providência processual, deve-se

- A proceder à acareação entre a testemunha e o acusado, para que sejam esclarecidos fatos ou circunstâncias relevantes.
- B considerar a gravação e as demais provas colhidas, para condenar ou absolver o réu, conforme decisão do juiz.
- C considerar contaminado todo o processo, devido à ilicitude na colheita da prova, com fundamento na teoria da árvore dos frutos envenenados.
- D desconsiderar a prova, devido ao fato de ela ser ilícita, e arquivar o inquérito, ação que deve ser realizada pelo delegado após comunicação ao juiz e ao Ministério Público.
- E anular a prova e retirar a gravação dos autos, devido ao fato de ela ter sido feita sem a ciência e o consentimento do réu.

**QUESTÃO 82**

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito de busca e apreensão e violação de domicílio.

- I Em regra, busca e apreensão de coisas dentro de automóvel, navio ou avião se equipara à busca pessoal, dispensando-se mandado judicial específico.
- II Ressalvada a hipótese de flagrante delito ou de desastre, ninguém pode ingressar na casa do indivíduo sem prévio mandado judicial.
- III Munido de mandado judicial, a autoridade policial pode adentrar o domicílio a qualquer hora do dia ou da noite para efetuar prisão ou busca e apreensão de coisas.
- IV Para efeito de proteção da inviolabilidade do domicílio, não se considera casa o local não aberto ao público onde o indivíduo exerça profissão ou outra atividade.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

**QUESTÃO 83**

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta relativa à suspensão condicional do processo.

- A O juiz fixará a suspensão condicional do processo pelo prazo de um a três anos, podendo revogá-la a qualquer tempo, se o beneficiário do *sursis* vier a ser processado por outro crime.
- B O juiz não poderá revogar a suspensão condicional do processo se o beneficiário do *sursis* vier a ser processado por contravenção penal.
- C Tratando-se de crimes de ação penal pública, somente o Ministério Público é legitimado a ofertar a suspensão condicional do processo.
- D Como o *sursis* processual é ato discricionário, caso o promotor de justiça não proponha a suspensão condicional do processo, restará ao juiz dar-lhe continuidade.
- E A suspensão condicional do processo depende exclusivamente do preenchimento dos requisitos objetivos fixados para o reconhecimento de infrações de menor potencial ofensivo.

**QUESTÃO 84**

Assinale a opção que apresenta princípios que regem a ação penal.

- A publicidade, interesse legítimo e celeridade
- B oficialidade, obrigatoriedade e indisponibilidade
- C punibilidade, inderrogabilidade e economicidade
- D inafastabilidade, reserva legal e impessoalidade
- E incondicionalidade, transcendência e titularidade

**QUESTÃO 85**

Acerca dos ritos especiais de julgamento envolvendo crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A O pedido de explicações, nos casos de crimes contra a honra pode ser formulado a qualquer tempo, antes ou durante o transcorrer da ação penal.
- B Tratando-se de crimes de difamação, não se admite a exceção da verdade, ainda que o ofendido seja funcionário público e a ofensa seja relacionada ao exercício de suas funções.
- C Tratando-se de crime contra a honra do servidor público em razão da função, a ação penal pode ser iniciada mediante queixa-crime do ofendido ou ação pública condicionada à representação.
- D Se o querelante regularmente intimado não comparecer à audiência de reconciliação, reputar-se-á apenas desinteressado em celebrar acordo, prosseguindo o processo normalmente.
- E Em se tratando de crimes contra a honra mediante ação penal pública condicionada à representação, o ofendido poderá, a qualquer tempo, desistir da ação e solicitar a extinção do processo.

**QUESTÃO 86**

No processo penal, as características do sistema acusatório incluem

- I clara distinção entre as atividades de acusar e julgar, iniciativa probatória exclusiva das partes e o juiz como terceiro imparcial e passivo na coleta da prova.
- II neutralidade do juiz, igualdade de oportunidades às partes no processo e repúdio à prova tarifada.
- III predominância da oralidade no processo, imparcialidade do juiz e supremacia da confissão do réu como meio de prova.
- IV celeridade do processo e busca da verdade real, o que faculta ao juiz determinar de ofício a produção de prova.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.



**QUESTÃO 87**

A respeito de remição da pena, assinale a opção correta.

- A Na remição da pena decorrente da realização de trabalho, abate-se um dia de pena a cada três dias de trabalho, o que impõe, para fins de cálculo, a consideração dos dias efetivamente trabalhados, e não a soma das horas.
- B No cumprimento de pena de prestação de serviços à comunidade em entidade ou programa comunitário ou estatal, a jornada de trabalho, embora não seja remunerada, pode ser utilizada para fins de remição.
- C O estudo pode ser utilizado como meio de remição no caso de presos que cumprem a pena em regime fechado, semiaberto e aberto, abatendo-se um dia de pena a cada três dias de estudo, desde que a frequência escolar seja de, no mínimo, doze horas.
- D Como a realização de trabalho para fins de remição da pena é direito do preso e dever do Estado, nas situações em que o Estado não disponibilizar ao preso trabalho e estudo no estabelecimento prisional, será garantido ao apenado o direito de remir a pena com relação ao tempo em que estava ocioso.
- E No cômputo do trabalho para fins de remição, é vedado, nas situações em que houver horas extras excedentes à oitava hora diária, considerar o cálculo de dezoito horas para a remição de um dia de pena.

**QUESTÃO 88**

No que diz respeito a trabalho do preso, assinale a opção correta.

- A Compete à direção do estabelecimento prisional autorizar o trabalho externo.
- B O preso político está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- C O trabalho externo será admissível para os presos em regime semiaberto somente em serviço ou obras públicas.
- D A Lei de Execução Penal veda a realização de trabalho interno ou externo ao preso provisório.
- E O trabalho externo é vedado aos presos em regime fechado.

**QUESTÃO 89**

Celso, réu primário, condenado definitivamente por homicídio qualificado, conseguiu livramento condicional. Durante o cumprimento do livramento condicional, ele foi condenado novamente pelo crime de roubo, o qual havia sido praticado antes da vigência do benefício.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A situação de Celso enseja prorrogação imediata do período de prova do livramento condicional.
- B O livramento condicional não poderá ser novamente concedido a Celso, em razão da reincidência específica em crimes dolosos.
- C As penas de Celso devem somar-se, para efeito do livramento, quando ocorrer o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D O período em que Celso ficou em liberdade não será computado na pena.
- E A nova condenação de Celso, independentemente do trânsito em julgado da sentença, resulta na revogação imediata do benefício de livramento condicional.

**QUESTÃO 90**

Constatada a inexistência de condições adequadas ao cumprimento de pena, por precariedade, superlotação e falta de estabelecimento prisional compatível, por exemplo, admite-se o deferimento, ao sentenciado, de

- A remição penal como indenização decorrente das condições precárias ou degradantes a que tiver sido submetido.
- B progressão de regime prisional *per saltum*, passando-se para um regime mais brando, caso falte vagas no regime intermediário.
- C prisão domiciliar para qualquer dos regimes prisionais, mediante monitoração eletrônica.
- D inserção no sistema penitenciário federal, se este oferecer condições dignas de cumprimento da reprimenda.
- E saída antecipada no regime com falta de vagas, além do cumprimento de penas restritivas de direito.

**QUESTÃO 91**

Conforme a Lei de Execução Penal, à Defensoria Pública, na regular execução da pena, cabe

- A postular, caso seja necessário, o cumprimento de pena em outra comarca ou a inserção do preso no regime disciplinar diferenciado para preservar sua integridade física e mental.
- B requerer a internação, a aplicação de medida de segurança e a remoção para o cumprimento de pena em outra comarca ou unidade da federação.
- C solicitar a interdição de estabelecimentos prisionais e fiscalizar a execução de pena de natureza coletiva, somente.
- D manter, obrigatoriamente, um defensor para atuar permanentemente nas unidades prisionais, em local apropriado, para prestar assistência jurídica, integral e gratuita a presos, egressos e seus familiares.
- E atuar, por meio de núcleo especializado em execução penal, para dirimir conflitos e desordens de natureza coletiva e rebeliões mediante autorização do Conselho da Comunidade.

**QUESTÃO 92**

No que se refere à inclusão ou à transferência de preso para o sistema penitenciário federal, assinale a opção correta.

- A De acordo com a lei de regência, a Defensoria Pública da União deve prestar assistência jurídica ao preso em ambas as etapas do incidente de inclusão ou de transferência para o sistema penitenciário federal.
- B Conforme o decreto regulamentar, se ocorrer progressão de regime de preso custodiado em estabelecimento penal federal, caberá ao diretor, de ofício, providenciar, no estabelecimento penal, a transferência do preso para a ala prisional adequada ao cumprimento do novo regime.
- C Para que seja realizada a inclusão ou a transferência do sentenciado para o sistema penitenciário federal, exige-se que ele se encontre no regime disciplinar diferenciado no sistema prisional de origem.
- D Embora a inclusão de preso no sistema penitenciário federal seja medida de natureza excepcional e temporária, são expressamente admitidas, nesses casos, renovações sucessivas, até o limite de cumprimento da pena.
- E O Departamento Penitenciário Nacional deverá ser ouvido no juízo de origem, federal ou estadual, na primeira etapa do incidente de inclusão ou da transferência do preso, bem como deverá opinar sobre a pertinência da medida, com a eventual indicação do estabelecimento penal federal adequado à custódia.

**QUESTÃO 93**

No que diz respeito às funções típicas e atípicas da Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- A** A função de *ombudsman* exercida pela Defensoria Pública brasileira em defesa dos direitos humanos consiste em atribuição típica.
- B** O rol das funções típicas da Defensoria Pública encontra-se taxativamente descrito nas funções institucionais previstas na lei orgânica de regência.
- C** A função exercida pelo ouvidor-geral da Defensoria Pública encontra-se entre as funções típicas da instituição.
- D** As funções típicas da Defensoria Pública são exercidas unicamente na esfera judicial em favor das pessoas naturais hipossuficientes, beneficiárias da assistência judiciária gratuita.
- E** As funções atípicas da Defensoria Pública prescindem da insuficiência de recursos financeiros e abarcam os organizacionalmente vulneráveis.

**QUESTÃO 94**

Assinale a opção correta, acerca da autonomia funcional, da autonomia administrativa e da autonomia financeira da Defensoria Pública.

- A** A autonomia administrativa assegurada constitucionalmente à Defensoria Pública afasta a possibilidade de controle externo, pelas cortes de contas, de atos administrativos emanados da Defensoria.
- B** O encaminhamento da proposta orçamentária da Defensoria Pública, a qual prescinde de manifestação prévia do conselho superior, compete ao defensor-geral.
- C** A auto-organização e a autolegislação são asseguradas à Defensoria Pública por meio de disposição expressa da Constituição Federal de 1988.
- D** A autonomia financeira da Defensoria Pública impede que o Poder Executivo realize ajustes nas propostas orçamentárias encaminhadas pelo referido órgão.
- E** A autonomia funcional é prerrogativa de atuação dos membros da instituição.

**QUESTÃO 95**

Nos termos da Lei Complementar n.º 80/1994, no exercício de sua função institucional, a Defensoria Pública deve promover a solução extrajudicial dos litígios por meio

- I do exercício da mediação direta entre as partes.
- II da constituição de juízo arbitral.
- III da promoção da conciliação.
- IV da exigência, das partes, de *pactum de non petendo*.
- V da execução de auxílio direto.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** I, II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e V.

**QUESTÃO 96**

No que se refere à função institucional da Defensoria Pública no exercício da curadoria especial, assinale a opção correta.

- A** A atuação do curador especial em favor do incapaz em juízo dispensa a participação do órgão ministerial.
- B** A curadoria especial não incide em favor de réus revéis incertos e citados fictamente.
- C** A Defensoria Pública assume o múnus de receber a citação em casos de curatela especial em favor de citando que se encontre impossibilitado de recebê-la.
- D** No exercício da curadoria em favor de incapaz, o defensor público depende de autorização judicial expressa para litigar contra o curatelado.
- E** O exercício da curadoria especial para réu preso revel será desempenhado até que ele restabeleça a capacidade processual.

**QUESTÃO 97**

A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ações civis públicas que versem sobre

- I meio ambiente e ordem econômica.
- II patrimônio cultural e recursos hídricos.
- III improbidade administrativa e consumidor.
- IV mercado de capitais e ordem urbanística.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

Espaço livre

**QUESTÃO 98**

O corpo não putrefeito de uma jovem foi encontrado, em sua residência, pendurado em uma viga, suspenso parcialmente por um laço feito com uma corda, cujo nó estava situado na região anterior do pescoço. A perícia realizada no local não constatou desordem no ambiente, tendo encontrado apenas um bilhete de despedida. O médico-legista foi questionado pelo delegado sobre a causa da morte, ou seja, se havia decorrido de suicídio ou de homicídio seguido da simulação de suicídio. O exame necroscópico da vítima mostrou sinais locais e gerais de asfixia; sulco cervical horizontal, contínuo, de profundidade uniforme, sem sinais de reação vital. Entre as lesões externas descritas no laudo cadavérico incluíam-se escoriações ungueais (provocadas por unhas) e equimoses arredondadas na região cervical e ao redor da boca; escoriações e equimoses nas mãos, antebraços bem como nas regiões dorsal e posterior da cabeça.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** a suspensão parcial do corpo sugere homicídio, pois o enforcamento suicida depende da ação de todo o peso corporal da vítima por meio de suspensão completa.
- B** a provável causa jurídica da morte é suicídio por enforcamento, já que o sulco cervical apresenta ou exhibe marca do nó do laço situado na região anterior do pescoço.
- C** a presença de sulco cervical sem sinais vitais caracteriza uma situação de suicídio decorrente de enforcamento que havia sido praticado há mais de vinte e quatro horas, já que, após esse período de tempo, os sinais mencionados desaparecem.
- D** o conjunto formado por bilhete de despedida, ambiente em ordem, sinais de asfixia e presença de sulco cervical são conclusivos ou permitem concluir que houve enforcamento de etiologia suicida.
- E** as escoriações e as equimoses nas mãos, nos antebraços, ao redor da boca e nas regiões cervical, dorsal e posterior da cabeça da vítima indicam reação de luta contra um suposto agressor, o que sugere homicídio.

**QUESTÃO 99**

Uma mulher idosa, com deficiência mental grave, foi submetida a exame pericial no Instituto Médico Legal, em razão de suspeita de abuso sexual provavelmente cometido aproximadamente doze horas antes da realização do exame. O exame físico mostrou região genital externa sem lesões recentes. O hímen, exíguo e complacente, estava íntegro. A região perianal estava hiperemiada (avermelhada), com algumas escoriações causadas por unhas. Havia uma fissura recente na borda do orifício anal. O perito responsável pela emissão de laudo preliminar solicitado por autoridade policial coletou material biológico da vítima para a realização dos seguintes exames laboratoriais: pesquisa de espermatozoides, presença de fosfatase ácida e de glicoproteína P30, e exames para investigação de doenças sexualmente transmissíveis.

No que se refere aos desdobramentos, na esfera criminal, do laudo preliminar do caso pericial descrito nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Houve ato libidinoso diverso do crime de estupro de vulnerável, caracterizado por conjunção carnal que não deixou vestígios, já que o hímen era exíguo e complacente.
- B** Hiperemia e escoriações ungueais na região perianal, associadas à fissura aguda na borda do orifício anal, são suficientes para confirmar a ocorrência de ato libidinoso e estupro de vulnerável.
- C** Lesões himenais ausentes descartam a ocorrência de conjunção carnal e, conseqüentemente, a possibilidade da ocorrência de estupro de vulnerável.
- D** A ocorrência de estupro de vulnerável deve ser descartada, na situação em apreço, pois as lesões encontradas indicam a prática de ato libidinoso.
- E** O estupro de vulnerável só pode ser confirmado ou descartado com a análise dos resultados dos exames laboratoriais solicitados na perícia de conjunção carnal e(ou) ato libidinoso.

**QUESTÃO 100**

Um médico-legista foi chamado para avaliar um ferimento ocasionado pela entrada de um projétil de revólver na mão de uma vítima. O perito, informado de que não havia anteparos ou obstáculos próximos ao indivíduo atingido bem como não havia nenhuma peça de vestuário cobrindo a região corporal atingida, analisou e descreveu a lesão como compatível com disparo efetuado a longa distância.

Nessa situação hipotética, a característica cutânea que possibilitou ao perito identificar a distância do disparo do projétil denomina-se

- A** orla de esfumaçamento.
- B** halo de tatuagem.
- C** bordas evertidas.
- D** zona de queimadura.
- E** aréola equimótica.